

BIODIVERSIDADE *Especialistas reunidos na capital do Amapá apontam 525 áreas de risco na região amazônica*

Seminário propõe mapa de prioridades

João Wainer - 12.mai.99/Folha Imagem

MARCELO LEITE
enviado especial a Macapá

Encerra-se hoje na capital do Amapá o Seminário de Consulta Biodiversidade da Amazônia. Os 194 especialistas reunidos concluíram ontem o novo mapa de prioridades para a região, com 525 áreas de risco — 365 delas de altíssima relevância biológica, ou seja, diversidade de espécies.

Esse mapa servirá de base para as ações do governo federal, como a ampliação de unidades de conservação prevista para 2000.

“Se o governo tiver a petulância de propor unidades de conservação fora dessas áreas, vamos brigar muito”, disse João Paulo Ribeiro Capobianco, do Instituto Socioambiental (ISA).

O ISA fez a coordenação geral do encontro, patrocinado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

José Pedro Costa e Bráulio Dias, do MMA, confirmaram que os

mapas gerados em Macapá servirão de subsídios para a política de conservação da Amazônia.

Citaram a apresentação que o governo federal fará dentro de um mês, em Brasília, para o Programa-Piloto do Grupo dos Sete (PPG-7), uma das maiores fontes de recursos para o ambiente da região.

Um dos resultados inéditos obtidos em Macapá foi a ocorrência de “hot spots” (pontos quentes) de biodiversidade em terras indígenas.

Sobrepostos os mapas dos grupos temáticos, que reuniram especialistas de um mesmo campo no primeiro dia, descobriu-se que isso ocorre com frequência.

Para alguns, é um bom sinal, pois uma reserva indígena ofereceria algum grau de proteção para o hábitat.

A localização dessas terras indica que elas podem servir de tampão entre áreas próximas e sob alto risco. Mas há quem veja os ín-

dios como ameaça.

O seminário inovou com uma metodologia que obrigava pesquisadores das áreas biológicas e sociais a conciliarem tais demandas num mapa único.

A primeira área tende a considerar só as espécies e habitats.

Os outros procuram articular a questão ecológica com a das populações, sejam indígenas, caboclos ou migrantes atraídos pelos eixos de desenvolvimento.


Essas equipes interdisciplinares se debruçaram sobre sete regiões amazônicas. Não faltaram atritos.

A tensão nos corredores, durante os quatro dias do seminário, quase desaguou num abaixo-assinado dos “biológicos” contra os “sociais”.

Estes haviam decidido não preservar no mapa final alguns “polígonos” (áreas) que conservacionistas como os do Fundo Mundial para a Natureza (WWF) prefeririam ver consagrados em novas reservas.



João Paulo Capobianco, do Instituto Socioambiental, que participou de debate sobre Amazônia

INSTITUTO		Documentação
SOCIOAMBIENTAL		
Fonte	fsl	
Data	25/9/99	Pg 3-8
Class.	112	



ONGs “invadem” Amazônia e mostram que dano real é maior

do enviado especial a Macapá

Os brasileiros que se preocupam com os 60% do país conhecidos como Amazônia devem prestar atenção a duas siglas novas: Ipam e Imazon. São ONGs (organizações não-governamentais) de um tipo novo, mais de pesquisa que de militância.

É pesquisa da melhor, de nível internacional. O Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), por exemplo, liderou recentemente um estudo sobre empobrecimento da floresta amazônica que foi parar na capa da revista “Nature”, em 8 de abril.

A pesquisa provava com mapas algo de que já se desconfiava há muito: as imagens de satélite mostram só um retrato parcial da des-

truição. Além do desmatamento (corte raso) visível para os sensores remotos, a floresta sofre um estresse sob ação do fogo e da exploração seletiva de madeira.

Com isso, pelo menos 90% do dano real à floresta não aparece nos levantamentos tradicionais. O Ipam, em colaboração com o Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), foi a campo levantar esses dados.

Desse gênero de cooperação surgiu, em apenas quatro meses, um mapa de risco de fogo na Amazônia. A região “precisa de respostas rápidas”, diz Adalberto Veríssimo, 34, do Imazon.

Esse é o tempo que uma universidade pediria, provavelmente, para elaborar um estudo desses. Em institutos como Ipam e Ima-

zon, ambos sediados em Belém e criados precisamente para servir de “ferramentas” para políticas públicas, sai muito mais rápido.

Segundo André Guimarães, 39, que já foi diretor do Imazon e hoje trabalha no escritório do Banco Mundial em Brasília, há um “tempero” peculiar nessas ONGs. São dois ingredientes principais: pessoas de bom senso e com princípios comuns; uma pessoa com notoriedade científica e liderança, que ajuda a levantar fundos e a dar qualidade técnica à pesquisa.

No caso do Ipam, esse líder foi Daniel Nepstad. Além do Ipam, ele é filiado a uma prestigiada instituição de pesquisa ambiental dos Estados Unidos, o Centro de Pesquisa de Woods Hole.

Nepstad é o autor principal do “paper” que saiu na “Nature”.

Seu equivalente no Imazon é Christopher Uhl, da Universidade Estadual da Pensilvânia (Penn State). Segundo Veríssimo, em 1988 ele teve a idéia de criar na Amazônia um centro de pesquisa que contornasse as dificuldades e a lentidão das universidades.

A contribuição mais recente do Imazon foi um artigo na não menos conceituada revista “Science”, em junho (tendo Nepstad, aliás, como co-autor). A equipe mostrou que pelo menos 50% da área queimada na Amazônia pega fogo por acidente, sem que o agricultor que inicia o fogo tivesse intenção de queimá-la. (ML)